

EDUCAÇÃO URGENTE: PARA QUÊ?

José Misael Ferreira do VALE¹

RESUMO: O texto evidencia que a Educação é, hoje, um bem social estratégico tanto para a pessoa, como para a sociedade. Cada vez mais, o mundo contemporâneo terá a cultura e a economia centradas no conhecimento e no saber sistematizado e organizado ao longo da história. Neste novo contexto, a escola adquire importância vital. Daí, a necessidade urgente de re/construir a escola pública brasileira esfacelada, ao longo de décadas, por políticas privatistas que atingiram, em cheio, a formação do professor e o ambiente da sala de aula.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Brasileira; Educação e Cultura; Educação e Economia; Escola Pública; Formação de Professores; Ensino e Sala de Aula.

Em nosso país, ninguém duvidará da urgência da Educação. Dentre as muitas carências existentes no contexto nacional, a Educação está entre as primeiras necessidades sociais. Em termos de urgência, a alimentação, a moradia, o emprego, a saúde e a educação escolar se alinham como os principais *bens sociais* que o povo reconhece como prioridades sociais; sem alimentação adequada para todos, sem emprego que permita uma subsistência digna, sem o bem estar físico e psíquico, sem instrução significativa que beneficie a todos fica difícil pensar numa sociedade equilibrada e menos desigual.

A Educação, como *prática social*, adquire especial importância num contexto que toma consciência da necessidade de superar o "apartheid social", os quais atinge milhões de brasileiros sobrevivem abaixo da linha de pobreza. Nestas circunstâncias dolorosas (em um país economicamente rico com povo pobre), será preciso pensar num projeto nacional que direcione os investimentos para a geração de atividades úteis e distribua a renda através de salários dignos, retirando da miserabilidade milhões de pessoas colocadas à margem da vida social. Sem um projeto nacional de desenvolvimento, democraticamente estabelecido, que articule a sociedade política e a sociedade civil, não se poderá criar as condições mínimas básicas para o crescimento simultâneo das pessoas e da nação. Neste sentido, Economia e Educação mantém relações dialéticas profundas. Sem uma economia estrategicamente pensada e organizada, não se terá condições de

impulsionar uma educação para todos e de qualidade, por falta de recursos volumosos sempre exigidos pela área educacional; sem uma educação bem estruturada e inteligentemente centrada nas necessidades e interesses das pessoas e da sociedade, não se chegará a uma economia moderna, forte, rica e justa capaz de alavancar a cultura.

Assim, a articulação orgânica da área econômica e da educação passa a ser crucial, fundamental mesmo, para que a nação saia do patamar de indigência e de pobreza que assola muitas regiões do país ou as grandes cidades que acolhem brasileiros expulsos do campo. É urgente, sim, a Educação hoje, principalmente quando se tem a consciência de que a Economia do futuro será uma Economia centrada no conhecimento e no saber como Evidenciam o pedagogo Manacorda e o economista Mercadante.

Manacorda (1986, p. 59-64) alerta-nos para o fato de a educação corrente (aquilo que designa de "o ABC tradicional", centrado nas tarefas de ler, escrever e calcular), embora fundamental (porque sem ela não haverá avanço posterior), revela-se, hoje, apoucada e mesmo acanhada para as necessidades contemporâneas. O pedagogo italiano chama a atenção para a necessidade de a escola centrar sua atuação no ensino de ciências, tecnologia e processos eletrônicos de informação, naquilo que designa de "o ABC contemporâneo" calcado na compreensão do momento histórico e na vida atual, no domínio do conhecimento que determina a diferença

¹ Departamento de Educação da Faculdade de Ciências - UNESP - 17.033-360. Bauru - Estado de São Paulo - Brasil

entre as pessoas e as nações. Manacorda crê que o objetivo maior de uma instrução de tipo contemporâneo é tornar as pessoas, tanto quanto possível, "contemporâneas de sua época", na feliz expressão de Gramsci. Os que soubessem, diz Manacorda, "que além da numeração decimal existe ainda a binária (que serve de base para os computadores eletrônicos), ou que tivessem um mínimo de conhecimento de mecânica para compreender os movimentos (a passagem do movimento circular ao movimento retilíneo em uma engrenagem), seriam já homens contemporâneos. Numa forma contemporânea de instrução, as coisas estão ligadas e relacionadas, não podem estar desarticuladas do mundo circundante" (1986, p.62).

Mercadante (1993, p.1-3), por sua vez, evidencia os resultados de estudo, produzido para o Departamento do Trabalho dos Estados Unidos da América do Norte, que estimou que 41% dos novos empregos até o ano 2.000 exigirão habilidades muito superiores às requeridas atualmente. No novo contexto mundial, com economias fortes e competitivas, a formação das pessoas passa a ser fator decisivo; a instrução adquire, portanto, uma dimensão estratégica, sem a qual nenhum país poderá atingir níveis razoáveis de desenvolvimento que permitam a convivência com um padrão de vida aceitável e digno para todos.

O economista mostra, também, que estudos do Banco Mundial revelam, por exemplo, "que o aumento de um ano no nível médio da força de trabalho pode aumentar em torno de 9% o Produto Nacional Bruto" (Mercadante, 1993, p.1). Informações da mesma instituição mostraram, também, a estreita vinculação entre a percentagem de alunos matriculados no 2º Grau e o crescimento anual de renda "per capita". O analista cita o caso da Coréia que possui "94% da população estudantil matriculada no ensino de 2º Grau com um crescimento anual de renda "per capita" ao redor de 6,9%. O Brasil, com 35% da população estudantil matriculada no ensino médio, apresenta um crescimento anual de apenas 1,8% da renda "per capita". Mercadante conclui o seu raciocínio afirmando que o Brasil possui "matérias-primas, fontes de energia, terras férteis, tamanho, gente, mercado consumidor potencial etc.. Falta ao país uma elite dirigente que tenha horizonte histórico e entenda que a educação é a prioridade das prioridades". Dados mais recentes indicam que o quadro educacional brasileiro é pior do que anunciado por

Mercadante. Havia no país, segundo informações do MEC/SEDIAE/SEEC, em 1994, 31.220.110 alunos matriculados no Ensino Fundamental, 5.220.307 alunos matriculados no Ensino Médio e 1.661.034 alunos matriculados no Ensino Superior, totalizando 37.954.441 alunos matriculados na rede escolar brasileira. Como se nota, há, atualmente, menos de 20% do total da população estudantil do país matriculada no Ensino Médio. Concordo, entretanto, com o economista quando ressalta a importância estratégica da educação no desenvolvimento do país; acredito, entretanto, que precisará haver decisiva *vontade política* para realizar esforço gigantesco na recuperação a escola pública brasileira esfacelada, ao longo de décadas, por políticas privatistas, dirigidas para "a privatização do público", na feliz expressão de Anísio S. Teixeira, que, em suma, atingiram em cheio a formação do professor e a qualidade do ensino destinado às maiorias.

Hoje, mais do que nunca, urge *re/construir* a escola pública como o único espaço institucional que pode abrigar os filhos das camadas populares; todavia, não basta "dar escola para todos"; será preciso pensar em desenvolver no interior da escola pública o ensino de qualidade que vá eliminando, gradativamente, a velha "dualidade da educação brasileira" com a construção de uma escola que possa ser frequentada por todos os brasileiros, ricos e pobres, sem qualquer distinção de raça, cor ou sexo, como estabelece a Constituição do país. Neste sentido, bom seria pensar e agir no sentido de:

1. pensar de maneira global a política educacional, refazendo de alto a baixo o processo de formação do professor, tanto no de 2º Grau como nas Licenciaturas;

2. implementar, dentro do sistema escolar, um esquema de formação continuada sob variadas formas; investir no professor, será investir no aluno;

3. recuperar a sala-de-aula como espaço privilegiado da educação escolar; neste sentido, nunca será demais lembrar a fala de Florestan Fernandes em *O Desafio Educacional*, quando ao analisar as dificuldades da educação brasileira afirmava de modo incisivo:

"a sala-de-aula fica na raiz da revolução social democrática: ou ela forma o homem livre ou ficaremos entregues, de forma mistificadora, a um antigo regime que possui artes para adaptar-se continuamente às

transformações da economia, da sociedade e da cultura. Dissociar a sala de aula de seu empobrecimento e deterioração brutais é a saída para gerar a escola de tipo novo que, por sua vez, desencadeará e aprofundará a renovação de mentalidade de que carecem os de baixo e os de cima" (Fernandes, 1989, p. 21-4).

O raciocínio de Florestan Fernandes é claro e preciso no sentido de mostrar que, até a presente data, tem-se dado exagerada importância ao topo do sistema, isto é, aos organismos de aparato do Estado, criando-se uma burocracia gigantesca e que se deveria, agora, dar um giro de 180 graus e "situarmos o foco vital onde deverá estar: ___ na sala de aula, nas relações entre professores e alunos". Hoje qualquer ação no sentido de reabilitar a escola pública de 1º e 2º Graus, deverá centrar a atenção na escola e na sala de aula como locais privilegiados da instrução e da educação;

4. exigir que o dinheiro público seja aplicado na escola pública, consignado unicamente ao ensino, isto é, àquelas atividades que aconteçam no interior da escola, e em especial, dentro da sala de aula. Neste sentido, deve-se lutar, com todas as forças, para que o dinheiro dos impostos chegue "à sala de aula sob a forma de equipamentos, material didático, salários e educação continuada para docentes e discentes" (Vale, 1994, p.41). Considero urgente definir "rigorosamente o emprego das verbas na educação destinando o grosso dos recursos financeiros à melhoria do ensino que acontece no interior da sala de aula. Cercear qualquer manobra que procure desviar as verbas para fora do

espaço escolar" Em decorrência, fazer "das delegacias de ensino, da comunidade escolar (direção, professores, alunos e pais) e da sociedade civil, as instâncias encarregadas do controle dos recursos financeiros destinados à escola, com a finalidade de implementar projetos de melhoria do ensino e capacitação contínua de professores" (Vale, 1994, p.41) e

5. finalmente, criar uma escola pública democrática que dê oportunidade de vida cultural significativa para legiões de deserdados. É preciso entender, de uma vez para sempre, que numa sociedade capitalista unicamente, a escola pública financiada pelo Estado poderá realizar, na prática, a *dialética da quantidade e da qualidade*. Hoje, a nossa tarefa como Educadores, é lutar para incluir os excluídos na ação efetiva das instituições que lutam pela cidadania. E a escola pública é, sem dúvida alguma, uma das mais significativas instituições que lutam pela construção da cidadania. Atualmente, cabe à escola pública, financiada pelos impostos, abrir as portas para milhões de crianças de 7 a 14 anos que ainda, no Brasil, estão fora da vida escolar regular. São meninos e meninas "expulsos da escola" como lembra Paulo Freire (1989, p.12). A nossa meta, como Educadores, não poderá ser outra senão a de lutar para a construção de uma nova escola, uma escola de cara nova, "uma escola que sendo séria, não seja chata; sendo rigorosa, não seja enfadonha, que seja o lugar da autoridade, mas não do autoritarismo; que viva a liberdade, sem ser licenciosa; que seja exigente, mas que provoque alegria". (Freire, 1989, p.12). Mãos à obra!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERNANDES, Florestan. O Desafio educacional. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

FREIRE, Paulo. Paulo Freire prega a luta contra a ideologia autoritária nas escolas. PAINEL, Belo Horizonte, 18 a 24/06/89, p.12.

MANACORDA, Mário A. Depoimento. In: REVISTA DA ANDE, V.5, nº 10, p. 59-64, 1986

MERCADANTE, Aloizio. Educação: exigência da economia contemporânea. FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 25/08/93. Tendências/Debates, 1-3.

VALE, J. Misael F. do. Educação popular? educação escolar? Para onde iremos? UNIVERSIDADE E SOCIEDADE, V.4, nº 7, p.36-41, 1994